



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000396039

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0206881-91.2009.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que é apelante DOMINGOS AVELINO DOS SANTOS, é apelado ELIANE DOS SANTOS FERNANDES.

ACORDAM, em 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAETANO LAGRASTA (Presidente sem voto), PEDRO DE ALCÂNTARA E THEODURETO CAMARGO.

São Paulo, 8 de agosto de 2012.

Salles Rossi
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 21.255

Apelação Cível nº 0206881-91.2009.8.26.0002

Comarca: São Paulo (F. R. Santo Amaro) - 5ª Vara Cível

1ª Instância: Processo nº 002.09.206881-4

Apelante: Domingos Avelino dos Santos

Apelada: Eliane dos Santos Fernandes

VOTO DO RELATOR

EMENTA – APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Filho da autora vítima de ataque de cão pertencente ao réu – Legitimidade ativa configurada – Pedido que se funda na dor suportada com o evento – Ausência de limitação em lei para a postulação — Comprovação de lesões de grau moderado, necessitando de internação pelo período de sete dias – Guarda inadequada do animal exercida pelo réu - Angústia e sofrimento suportados pela autora que violam sua intimidade – Danos morais configurados – Indenização fixada em R\$ 3.500,00 – Valor considerado até mesmo módico e que não comporta redução – Sentença mantida – Recurso desprovido.

Cuida-se de Apelação interposta contra a r. sentença (fls. 92/95) proferida nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais, que a julgou parcialmente procedente, para condenar o réu a pagar à autora indenização no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com correção do arbitramento e juros de mora de 1% ao mês, contados do fato lesivo, imposta a sucumbência recíproca das partes.

Inconformado, apela o réu (fls. 99/107),



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

reiterando a análise do agravo retido. Argumenta inexistir dano moral a ser indenizado, ainda mais porque a autora não comprovou ter sido ofendida verbalmente pelo réu. Impugna o valor da indenização, reputando-o excessivo, pois tudo não passou de um acidente.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja julgada improcedente a ação ou reduzido o montante da indenização.

O recurso foi recebido pelo r. despacho de fl. 108.

Contrarrazões apresentadas às fls. 111/114.

É o sucinto relatório.

O recurso não comporta provimento.

A autora busca indenização por danos morais em virtude do sofrimento decorrente de ataque de cão ao seu filho e também por ter sido ofendida verbalmente pelo proprietário do animal quando o procurou para que este arcasse com as despesas do tratamento médico ao menor.

O agravo retido não comporta acolhimento.

A inicial narra os fatos de forma precisa, daí decorrendo perfeita compreensão da causa de pedir e dos pedidos formulados, tanto que possibilitou ampla resposta, não havendo que se falar em inépcia.

A autora possui legitimidade para postular indenização por dano moral em nome próprio pelo acidente ocorrido com seu filho.

Em tais casos, o pedido de reparação funda-se em sua dor, haja vista o vínculo afetivo mantido com o filho, daí



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

decorrendo sua legitimidade ativa *ad causam*. Se houve ou não ofensa à sua intimidade é matéria ligada ao mérito, o que deverá ser aferido em cada caso concreto.

Nesse sentido:

9056738-11.2007.8.26.0000 Apelação

Relator(a): Campos Petroni

Comarca: São José do Rio Preto

Órgão julgador: 27ª Câmara de
Direito Privado

Data do julgamento: 28/02/2012

Data de registro: 05/03/2012

Outros números: 992070526620



Ementa: **Ação** de indenização por **danos morais**. Acidente de trânsito com vítima fatal. Reconhecimento da **ilegitimidade** ativa, com consequente extinção do feito, nos moldes do art. 267, VI, do CPC. Recurso só dos autores. Demanda **ajuizada** pelos **pais** e irmãos da vítima. Admissível ainda que as filhas do de cujos tenham sido ressarcidas anteriormente pelo infortúnio, em distinta demanda. Não há que se falar em ordem hereditária, eis que a reparação funda-se na dor. Necessidade, no entanto, de demonstração do fato constitutivo do direito, que no caso restou provado. Extinção afastada. Aplicação do art. 515, § 3º do CPC. Recurso a que se dá parcial provimento, julgando-se parcialmente procedente a ação indenizatória, com inversão sucumbencial

Esse também o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"A indenização por dano moral tem natureza extrapatrimonial e origem, em caso de morte, no sofrimento e no trauma dos familiares próximos das, vítimas. Irrelevante, assim, que os autores do pedido não dependessem economicamente da vítima" (REsp. 239.009/RJ, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

E precedente deste E. Tribunal de Justiça no julgamento da Apelação Cível nº 1.098.689-1, da 7ª Câmara de Direito Privado, cujo trecho exalta:

*"Parte legítima, seja qual for o objeto do direito material que se queira sacudir em Juízo, há de ser aquela pessoa a quem, ao menos em tese, o ordenamento, mercê de norma jurídica própria (tomada, genericamente, a premissa de que os fatos articulados sejam verdadeiros), confere o direito de ação. Nosso direito não traz disposição legal que especifique, elenque, limite ou restrinja a legitimidade para postulação de indenização a título de danos morais. Não o fazia a jurisprudência, que os contemplava antes mesmo da nova ordem constitucional, não o faz a Constituição Federal, já agora origem do direito positivo, e não o fazem as leis esparsas que a eles se referem. Por outro lado, a indenidade do dano moral não está atrelada a qualquer vocação de natureza hereditária, porque não há amarras que a vinculem ao direito sucessório. Sua substância é da essência do direito obrigacional. Embora os herdeiros possam estar incluídos entre as pessoas habilitadas a postular indenização, não é essa condição que lhes outorga credencial para o pleito. Essencialmente, regra geral, quem quer que peça indenização a título de danos morais há de fazê-lo por direito próprio. **A rigor, portanto, e em princípio, todo aquele que se sentir moralmente atingido com determinado fato, estará legitimado a reclamar em juízo a indenização correspondente ao prejuízo ideal que, à conta da conduta verberada, experimentou**".*

No caso em debate, o filho da autora foi vítima de ataque de cão, sofrendo lesões de gravidade moderada, haja vista a necessidade de internação pelo período de sete dias para sua recuperação, conforme relatório de fls. 16 e 19.

Ao réu competia a guarda adequada do animal, o que no caso não se constatou, permitindo-se o livre contato de crianças com o cão, inexistindo prova de que aquelas o teriam provocado, daí decorrendo a responsabilidade e o dever de indenizar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

do proprietário.

Patente a angústia e o sofrimento vivenciados pela autora nesse período, com a mudança drástica de sua rotina, além da incerteza da recuperação do filho, o que, com certeza, atingiu sua intimidade, muito além de um simples aborrecimento, haja vista o vínculo afetivo estreito mantido com a vítima.

No que se refere à outra causa de pedir, não foram comprovadas as supostas ofensas verbais desferidas pelo réu contra sua pessoa. Igualmente, sem prova dos prejuízos materiais que alega ter suportado, daí porque correta a parcial procedência da ação.

Nessa mesma senda, com a eloquência que lhe é sempre peculiar, esclarecedor é o posicionamento ao qual se filia explanado pelo Digníssimo Desembargador Luiz Ambra, no julgamento da Apelação Cível sob o nº 383.498.4/0-00 que, em caso semelhante, no esgotamento do “*thema quaestio*”, nos ensina quais as consequências jurídicas dessa situação, cujo teor abaixo reproduzo “*data maxima venia*”:

“... 8) Do eminente César Peluso, quando ainda aqui julgava antes de guindado à Suprema Corte, aresto outro exatamente nesse sentido, nos “Julgados” 156/94-97. Com farta remissão a precedentes, amparo seguro em Pontes de Miranda e na doutrina estrangeira, uniformes nesse sentido.

À colação precedentes em RTJ 172/226, JTARGS 71/191, RTJ 108/194 (“a reparação do dano moral nada tem a ver com as repercussões econômicas do ilícito”), ainda abalizado aresto na Lex 142/104, que pela precisão de conceitos merece transcrição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*parcial: “o dano moral não é estimável por critérios de dinheiro. Sua indenização é esteio para a oferta de conforto ao ofendido, que não tem a honra paga, mas sim, uma responsabilidade ao seu desalento. Dano moral. Composição. **Inconfundível e acumulável com aquela decorrente do prejuízo patrimonial, sem o caráter de ressarcimento desta. Situação que exige juízo valorativo segundo as peculiaridades do envolvimento das partes. Desnecessidade da prova de valores materiais. Parâmetros que envolvem oferta de conforto ao ofendido e efeitos pedagógicos ao ofensor.**”*

*9) Quer dizer, “constata-se o dano moral **pela simples violação da esfera jurídica, afetiva ou moral, do lesado e tal verificação é suscetível de fazer-se diante da própria realidade fática, pois como respeita à essencialidade humana, constitui fenômeno perceptível por qualquer homem normal**”.*

*Ou, como com propriedade rematado: “o dano moral deve englobar **valor de desestímulo, ou de inibição**, para que se abstenha o lesante de novas práticas do gênero, servindo a condenação **como aviso à sociedade**”; assim se oferecendo uma como que satisfação à Sociedade, a lhe mostrar “que **certos comportamentos, porque contrários a ditames morais, recebem a repulsa do direito**...”*

Indenizar significa reparar, restabelecer, nunca enriquecer o indenizado e nem provocar de forma injustificada a redução patrimonial de quem é condenado. A indenização significa restabelecer, restituir uma situação jurídica determinada que por obra da culpa do agente, causou dano àquele que postula a indenização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

referida.

No que toca ao “*quantum*” a jurisprudência vem se firmando em reparar o dano sofrido pela ofendida, de modo a desestimular a reiteração da conduta praticada pelos ofensores, sempre dentro do crivo discricionário exclusivo do julgador, sopesando-se as diretrizes da razoabilidade e da proporcionalidade.

De outra parte, não deve gerar o enriquecimento ou empobrecimento de qualquer das partes; nem daquela que busca a reparação, nem da que causou o dano.

Há que se considerar para a mensuração quantitativa a intensidade do resultado, como reflexo de uma conduta indesejada (culpa – sem intenção deliberada) e em lado oposto, ponderar acerca da capacidade econômico-financeira dos responsáveis ao pagamento da reparação, baseado no artigo 944 do Código Civil.

“... Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização...”

Convém transcrever trecho da Apelação Cível n. 218.449-1, que teve como relator o eminente Desembargador Antonio Manssur, ao comentar sobre o assunto:

“É sabido, à saciedade, que a indenização, em casos como o retratado nestes autos, deve situar-se, o mais possível dentro da razoabilidade e da realidade, evitando-se, ainda, que a vítima de dano moral venha a enriquecer-se por conta do mesmo; não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

é esta, à toda evidência, a intenção da lei; o dano moral não pode e não deve ser causa de enriquecimento do ofendido; a indenização, em pese ao arbítrio do Magistrado, deve ser fixada em montante compatível, considerados o grau de culpa, a posição do ofendido na sociedade e a capacidade econômico-financeira do causador do dano.”

Colocadas essas premissas, o valor da indenização se mostra até mesmo parcimonioso e não comporta qualquer redução, reparando de forma adequada o abalo moral suportado pela autora, sem lhe causar enriquecimento ou o empobrecimento da parte ofendida.

Diante de tudo que fora exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

SALLES ROSSI

Relator